



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'D. Almeida'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ – 2024

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 2 do art.º 15º do Regimento da Assembleia Municipal, presidida pelo Deputado Carlos Alberto Silva Brás, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por saudar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora e os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, as Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia, o público em geral e os funcionários do Município. -----

----- A segunda secretária procedeu, de seguida, à chamada dos Senhores Deputados Municipais, pela ordem da lista de membros que constituem a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé no quadriénio de 2021/2025. -----

----- Assim, da **bancada do PS – Partido Socialista** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Alberto Silva Brás; Orlando Alberto Morais Borges; Carla Maria Bravo Franco; Carlos Manuel Gomes Alendouro; Inês Alexandra Carvalho Herdeiro; Maria João Reis Martins, António Manuel Aires Correia e Domitila de Fátima Morais Branco. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia do PS - Partido Socialista**, da União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro, pelo seu Presidente, Eduardo Manuel Morais Almendra; de Alfândega da Fé, pela sua Presidente, Maria do Céu Cordeiro Martins Lopes; de Cerejais, pelo seu Presidente, Virgílio Alberto Vaz Amaro; da União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra, pelo seu Presidente, Pedro Ricardo Realista Carvalho; da União de Freguesias de Gebelim e Soeima, pelo seu Presidente, Hélio José Madureira Aires; da União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira, pela sua Presidente, Ana Maria Ribeiro Pereira; da União de Freguesias de Pombal e Vales, pelo seu Presidente, Diamantino Mário Soeiro Lopes; de Vilarelhos, pela sua Presidente, Célia Cristina Sá Alcarva Panha. -----

----- Da **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Manuel Simões Martins, Bruno Miguel Rebuta Rachado, Helena Azevedo, em substituição de Clara Alves, Bruno Henrique Simões Veríssimo, Daniel Guedes dos Santos Martins, Ivanete Solange Carona Escobar e Carlos Manuel Reboredo Almendra. -----

----- Estiveram representadas as Juntas de Freguesias da **Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da União de freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde, pelo seu Presidente Pedro Miguel Carpinteiro Bravo; de Vilares da Vilariça, pelo seu Presidente, José Alberto Reis. -----

----- Esteve representada a Junta de Freguesia de Sambade, pela respetiva Secretária, Natércia Maria Reis. -----

----- Por fim, a Junta de Freguesia de Vilarchão, esteve representada pela sua Presidente, Otelinda Sofia Pereira Jacinto. -----

----- Verificou-se um pedido de substituição apresentado pelo membro Clara Alves, pelo facto de não poder estar presente nesta sessão, tendo sido convocado o membro seguinte da lista, Helena Azevedo, que compareceu. -----

----- Verificou-se a ausência do Presidente da Junta de Freguesia de Sambade, Ricardo Pimentel que se fez representar por Natércia Maria Reis. -----



Borges

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos com a seguinte ordem: -----

----- **1. Período Preliminar à entrada do Período Antes da Ordem do Dia (n.º 1 e 2 do art.º 24.º E art.º 38 do Regimento):** -----

----- **a) Informações Gerais e Expediente;** -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (art.º 24.º e 38.º do Regimento);** -----

----- **3. Período da Ordem do Dia (art.º 25.º E 39.º Do Regimento):** -----

----- **a) Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do Art.º 25.º Da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- **b) Estatuto De Direito De Oposição – Relatório De 2023 – Para CONHECIMENTO;** -----

----- **c) Autorização de Operação de Financiamento por Contrato de Locação Financeira (Leasing) - Aquisição de 2 Viaturas de Transporte de Passageiros, 2 Ligeiras de Passageiros e 2 Viaturas Ligeiras de Mercadorias de Caixa Aberta – para APROVAÇÃO;** -----

----- **d) Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (Ano Económico de 2023 e Aprovação do Saldo da Gerência de 2023 - para APROVAÇÃO;** -----

----- **e) Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé, nos termos do artigo 29.º, da Lei n.º 53/2014, de 25/08, conjugado com o anexo I do contrato PAM - Prestação de Contas de 2023 - para CONHECIMENTO;** -----

----- **f) Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Plano de Ajustamento Municipal referente à Monitorização da sua Execução a 31.12.2023- para CONHECIMENTO;** -----

----- **g) Apreciação do Inventário e Património referente ao ano de 2023, de acordo com o n.º 2, alínea l), do art.º 25.º conjugado com o n.º 2 do art.º 27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) – para APROVAÇÃO;** -----

----- **h) Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2023, de acordo com o n.º 2, alínea l), do art.º 25.º conjugado com o n.º 2 do art.º 27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) –para APROVAÇÃO;** -----

----- **i) Documentos de Prestação de Contas referente ao ano de 2023, de acordo com o n.º 2, alínea l), do art.º 25.º conjugado com o n.º 2 do art.º 27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). - para APROVAÇÃO;** -----

----- **j) Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2023. –para APROVAÇÃO;** -----

----- **k) Certificação Legal das Contas 2023 - para CONHECIMENTO;** -----

----- **l) Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas 2023 - para CONHECIMENTO;** -----

----- **m) Relatório Anual de Conclusões e Recomendações de Auditoria a 31 de dezembro de 2023 - para CONHECIMENTO;** -----

----- **n) 1.ª. Revisão ao Orçamento e GOP's 2024/2027 – para APROVAÇÃO;** -----

----- **4. Período de Intervenção do Público (art.º 22 e 41.º do Regimento)** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu então continuidade aos trabalhos entrando no ponto: -----

----- **1. PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (Nº 1 E 2 DO ARTº 24º E ARTº 38º DO REGIMENTO):** -----

----- **a) Informações gerais e expediente;** -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão. Informou ainda que esta correspondência está disponível nos serviços da Câmara Municipal e pode ser consultada a qualquer momento e sempre que o desejarem, por qualquer um dos Deputados Municipais. -----

----- **2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (ARTº 24º E 38º DO REGIMENTO);** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para o uso da palavra, inscreveu-se o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Deputado Orlando Borges. O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

S.



R.

Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- No uso da Palavra, o Senhor Presidente da Câmara, começou por cumprimentar todos os presentes, bem como todos os que se encontram a acompanhar a Sessão da Assembleia Municipal pelas redes sociais. Disse que, não querendo tirar protagonismo à oposição e aos senhores deputados, tinha dois assuntos, que já foram deliberados e tratados em Reunião de Câmara com todo o executivo municipal, e que gostaria de propor também na Assembleia Municipal. Antes de propor os dois votos, aproveitou o momento simbólico, em que vivemos os cinquenta anos do vinte e cinco de abril, para dar os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Carlos Brás, pela sua reeleição como Deputado da Assembleia da República, bem como à deputada Clara Alves, que também foi eleita Deputada para a Assembleia da República. Disse que é um grande orgulho para os alfandeguenses voltar a ter dois deputados na Assembleia da República, referiu que já na anterior legislatura tivemos o Dr. Carlos Brás e a Dr^a. Berta Nunes, a quem aproveitou para cumprimentar, e espera que continuem a fazer o excelente trabalho que foi feito anteriormente, porque uma das grandes conquistas do vinte e cinco de abril, foi o poder autárquico, que hoje assinalamos com esta Assembleia Ordinária de forma aberta para todos. -----

----- Continuando o Senhor Presidente da Câmara, propôs um Voto de Pesar, que já foi aprovado e deliberado em Reunião de Câmara, pelo falecimento do Professor Doutor Norberto Canha, no passado dia vinte e quatro de março, e passou a citar uma breve descrição desta ilustre personalidade que nasceu em Alfândega da Fé, fez a sua vida em Coimbra e foi uma figura ilustre que teve um papel importante no nosso concelho, que passo a transcrever: -----

----- *“Norberto Jaime Rego Canha, nasceu na freguesia dos Vales, em 18 de agosto de 1929, Médico Ortopedista, foi Professor na Faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra e Presidente do Conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Foi uma importante referencia na Medicina, reconhecido pelas instituições e pelos seus pares a nível nacional. Embora não residisse no concelho, o Professor Doutor Norberto Canha, foi uma figura marcante nas instituições de Alfândega da Fé. Presidiu à Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé durante 20 anos, de 1984 a 2004, e, foi Presidente da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé entre 1983-1986”.* -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente propôs um voto de agradecimento e louvor a duas personalidades que têm feito um trabalho extraordinário, que fez com que tivéssemos ganho uma batalha muito importante na conquista de direitos e maior justiça para o nosso território, nomeadamente das barragens, que produzem muita energia, aproveitam os nossos recursos naturais, e dão muito dinheiro a essas empresas, sendo que essa energia representa hoje uma auto eficiência muito importante no nosso país relativamente à produção de energia. Deu também conhecimento, que Portugal nos últimos anos tem evoluído favoravelmente na produção de energia, e hoje, cem por cento da energia produzida no nosso país, é de energias renováveis, hídrica, eólica e fotovoltaica. Informou ainda, que a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, representa cinquenta por cento desta energia produzida. O Senhor Presidente ainda disse, que têm vindo a fazer um trabalho muito importante a vários níveis, na Assembleia da República, juntamente com os nossos deputados, na Associação de Municípios do Baixo Sabor, onde estão quatro Municípios representados, no Movimento Terras de Miranda, que iniciou uma forte contestação ao negocio da venda das Barragens da EDP à ENGI, e também tem feito um trabalho muito importante para que o IMI das Barragens seja finalmente liquidado pelas concessionárias e possa ser uma receita dos Municípios. Deu ainda conhecimento, que tem vindo a fazer varias reuniões com a Autoridade Tributária, com o anterior Governo, com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, e que este assunto foi levado à Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito da Seção de Municípios de Energias Renováveis, pelo que, a maratona de reuniões feitas nos primeiros três meses deste ano, culminou com o importante despacho, que vem obrigar mais uma vez à correta avaliação destes imoveis, para que o IMI possa ser liquidado a partir deste ano. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, disse que teve o prazer de acompanhar este processo e contribuir também com o seu trabalho, onde assistiu à forma louvável, altruísta e abnegada, como duas pessoas foram importantes, para que no passado mês de março, ainda com o anterior governo, tivesse havido um despacho, que vai obrigar a que a Autoridade Tributária resolva as atuais avaliações que estão em curso e que não continham partes importantes das barragens nas suas avaliações, e que depois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de impugnadas, a Autoridade Tributária, vai considerar esses mesmos equipamentos nas avaliações, o que vai fazer, mais do que duplicar o valor tributário das barragens, e com isso ver aumentar muito as nossas receitas. -----

----- Assim, em nome de todo o Executivo Municipal, o Senhor Presidente da Câmara propôs um Voto de Agradecimento e Louvor, pelos relevantes serviços para uma maior justiça fiscal e coesão territorial, aos cidadãos Dr. Nuno Félix e Dr. António Preto, que passo a transcrever: -----

----- *"Dr. Nuno Félix, natural de Rio Maior, ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XXIII Governo da República Portuguesa, tendo terminado funções a 2 de abril de 2024, Advogado, licenciado e Mestre em Direito, foi Diplomata, exerceu cargos no XXI Governo da República Portuguesa de 2015 a 2019, e foi Subdiretor Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira de 2019 a 2022. -----*

----- *Dr. António Silva Preto, com origens familiares em Trás-os-Montes, Terras de Miranda, na aldeia de Picote, residente em Lisboa, Advogado e Professor Universitário na área do Direito Fiscal. Foi Deputado na Assembleia da República de 2002 a 2011, entre outras funções públicas e cargos políticos que ocupou. -----*

----- *O Dr. Nuno Felix, como governante e o Dr. António Preto, como ilustre transmontano e Mirandês, são cidadãos beneméritos nesta causa. Foram ambos decisivos no trabalho que foi desenvolvido e iniciado na Autoridade Tributária e Aduaneira, depois de várias décadas de indecisão e de avanços e recuos nesta matéria, há agora um novo processo de avaliação de todas as barragens a nível nacional, com vista à liquidação do IMI. -----*

----- *O Senhor Dr. Nuno Felix, ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi responsável pela emissão de três despachos. Os dois primeiros, em fevereiro e agosto de 2023, clarificam que por um lado as Barragens são prédios sujeitos a IMI, que cumprem os três critérios obrigatórios para o mesmo, ou seja, que têm dimensão: física, jurídica e económica. Por outro lado, os dois despachos obrigam ao início das avaliações das Barragens em setembro do ano passado. O terceiro despacho, com data de 4 de março de 2024, depois de uma maratona de reuniões, com a Autoridade Tributária, irá permitir aos Municípios com Barragens, impugnar as avaliações em curso, e dá indicações objetivas à Autoridade Tributária, para considerar os elementos "equipamentos de segurança e exploração" de uma barragem, como parte componente ou parte integrante, por isso, devem fazer parte da avaliação do prédio, lembrando que as avaliações estavam a excluir os equipamentos da respetiva avaliação. Como disse, este despacho, também irá permitir aos Municípios que impugnarem as avaliações atuais, vejam a Autoridade Tributária mandar fazer uma nova avaliação, onde irá incluir o valor dos referidos equipamentos, aumentando na generalidade, em mais do dobro o valor patrimonial das barragens. -----*

----- *O Senhor Dr. António Silva Preto, em representação do Movimento das Terras de Miranda, apoiando o Município de Miranda do Douro, a Secção de Municípios com Energias Renováveis, onde estão cento e trinta e cinco Municípios, onde se inclui o nosso Município, que faz a Vice-Presidência da Mesa desta Secção, através do seu Presidente de Câmara. Quero destacar e testemunhar, o enorme contributo deste ilustre Transmontano, que colocou o seu conhecimento e experiência em termos de fiscalidade e direito, ao serviço e causa dos interesses dos municípios, dos nossos territórios e das suas populações, de forma completamente voluntária e desinteressada. Com a sua preparação académica e profissional, o Dr. António foi decisivo como principal interlocutor dos Municípios, na maratona de reuniões que a Secção de Municípios e a ANMP mantiveram com a Autoridade Tributária e com o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no final de 2023 e durante os primeiros três meses de 2024, que culminou com a emissão do Despacho nº.155/2024 do ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. -----*

----- *Assim, com a emissão destes três despachos, com no parecer nº. 126/2005 do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República e da Jurisprudência atual do Supremo Tribunal Administrativo, estão reunidas todas as condições, para a partir de 2024 a Autoridade Tributária, começar a liquidar o IMI sobre as Barragens, que poderá ser uma receita muito importante para o desenvolvimento económico da nossa região nos próximos anos. -----*

----- *Por isso proponho a esta Assembleia Municipal, que aprove o voto de louvor a estes dois ilustres cidadãos*

S.



R.

Daniel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Motas em Valpereiro, entre outras. Quanto à parte cultural, fez referência às várias exposições inauguradas, nestes últimos dois meses. -----

----- No que diz respeito à Divisão de Obras e Planeamento (DOP) e à Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), deu nota, que estas duas divisões estão muito envolvidas no importante projeto, que tem a ver com a Barragem de Gebelim, que visa criar um novo regadio de Vilarchão/Parada, no nosso concelho. Deu conhecimento que estas obras deram início no passado dia oito de abril, e que, para além de todo o trabalho feito e apoio, esta obra não é uma obra direta da Câmara Municipal, é uma obra da Junta de Agricultores de Vilarchão/Parada, no valor de €15.000.000.00 (quinze milhões de euros), e que a Câmara, irá fazer o acompanhamento na gestão do contrato da obra, feito pela DASU, pela mão do Chefe de Divisão, bem como todo o apoio na gestão dos pedidos de pagamento da candidatura, que vão ter a sua execução mensal de cerca de € 1.000.000.00 (um milhão de euros). Disse ainda, que estas duas divisões estão a trabalhar no reforço da rede de rega, que é um processo complementar a este, e que são mais, cerca de €10.000.000.00 (dez milhões de euros) de investimento, mas que ainda não temos garantido esse dinheiro todo, pelo que, esse trabalho está a ser feito junto do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum), e estão à espera de um novo plano de investimento junto da DGADR (Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural), para que este projeto fique cabimentado, em termos de valores aprovados na candidatura, para ser lançado ainda este ano e poderem terminar a rede de rega até ao final do próximo ano. O Senhor Presidente da Câmara, também deu conhecimento, que para além deste projeto, estão a fazer a preparação de novos projetos, e destacou a Zona de Fruição do Santo Antão da Barca, uma segunda intervenção da Zona Industrial, a implementação da estratégia local para a habitação do primeiro direito, que depois da aquisição das casas, estão a trabalhar os projetos de execução, para que até ao final deste ano, se possam realojar famílias do nosso concelho. -----

----- Continuando, e relativamente à Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos (DJARH) o Senhor Presidente da Câmara, deu nota da manutenção de importantes serviços de proximidade às populações do nosso concelho com o Balcão Móvel, referiu também a renovação da Certificação, no âmbito da qualidade, que este ano foi renovada, ainda com maior distinção. -----

----- Seguidamente referiu-se à Divisão Financeira (DF) e fez o habitual ponto da situação financeira. Destacou aspetos positivos, disse que no início do ano, tivemos finalmente a aprovação da revisão do Programa de Ajustamento Municipal, que a dívida à banca já foi toda reestruturada e que foi passada para o mecanismo do FAM (Fundo de Apoio Municipal), quase €13.000.000.00 (treze milhões de euros), com uma taxa fixa de 0.95%. Informou que já pagaram cerca de €2.000.000.00 (dois milhões de euros) de dívida a curto prazo, que vinha do ano passado, por via da contração do empréstimo de curto prazo e também da inscrição de uma medida na revisão do Programa de Ajustamento Municipal, que permitiu liquidar essa dívida. Deu nota, que os acordos de pagamento da dívida às Águas do Norte já estão a ser executados e em breve irão executar o acordo com a Resíduos do Nordeste. Disse que estão a cumprir e honrar mensalmente os compromissos com os principais prestadores de serviços, na água, no saneamento e nos transportes, que era algo que os preocupava. Disse ainda, que este ano, finalmente, se vai cumprir o indicador de ter uma taxa de execução do orçamento, superior a oitenta e cinco por cento, que apesar das dificuldades, o índice da dívida continua a baixar, e que mesmo, o ano passado, aquando do aumento da dívida efetiva, o índice continuou a baixar. Para finalizar, deu ainda nota, que o indicador da redução da dívida, já apresenta um resultado positivo, uma vez que este ano tem que se reduzir a dívida em cerca de €350.000.00 (trezentos e cinquenta mil euros), e nos primeiros quatro meses deste ano, já reduziram quase 50% desse valor, o que é positivo, pelo que é um caminho que querem continuar a seguir, ainda que com muitas dificuldades. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém se queria inscrever, tendo-se inscrito o Senhor deputado Daniel Martins, a quem foi dado o uso da palavra. -----

----- O Senhor Deputado Daniel Martins, no uso da palavra, e depois de efetuar os cumprimentos, pediu para que nas

S.



R.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

portugueses, pelos importantes contributos que prestaram para que haja maior justiça e coesão territorial no nosso país. Muito Obrigado". -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e colocou para votação as propostas de voto. Relativamente ao Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor Norberto Canha, foi aprovado por **UNANIMIDADE**. Quanto ao Voto de Louvor aos Senhores, Dr. Nuno Félix e Dr. António Silva Preto, foi também aprovado por **UNANIMIDADE**. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia propôs à Assembleia Municipal que se guardasse um minuto de silêncio em memória do Professor Doutor Norberto Canha. Relativamente aos votos, solicitou que fosse dado conhecimento à família do Doutor Norberto Canha, bem como ao Dr. Nuno Félix e Dr. António Preto. -----

----- Seguidamente passou a palavra ao Senhor deputado Orlando Borges. -----

----- O Senhor deputado Orlando Borges, no uso da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que relativamente ao voto de louvor proposto e votado, para se entender a grandeza destes dois homens, é preciso recorrer ao valor financeiro que isso acarreta e já acarretou no passado. Referiu que se os impostos devidos pelas grandes empresas das barragens fossem pagos desde sempre no nosso distrito e aos municípios que são abrangidos por essas barragens, Trás-os-Montes teria um PIB parecido com os Emirados Árabes Unidos do Dubai. Salientou a grandeza desses homens, do altruísmo e da disponibilidade que tiveram, para por isso ao serviço da sociedade, por isso, é mais que um voto de louvor, é mesmo um reconhecimento de dois grandes homens. -----

----- Continuando, o deputado Orlando Borges, deu os parabéns aos deputados recém-eleitos à Assembleia da República, à Dr^a. Clara Alves e ao Dr. Carlos Brás. Disse terem ficado muito contentes com a eleição de mais dois alfandeguenses na Assembleia da República, fazendo votos de um excelente trabalho, que defendam a nossa região. Fez referência à deputada Berta Nunes, que cessou funções, e que esteve sempre na linha da frente, na defesa dos interesses da região, e que hoje está aqui com toda a humildade de quem nunca saiu de Alfândega, e a quem muito agradece. -----

----- O Deputado Orlando Borges finalizou a sua intervenção, dizendo, que no seguimento do expediente, havia um ofício da Câmara Municipal de Bragança, referente a não se fazerem análises de sanidade animal, que muitas vezes também é preciso repor a verdade e falar de alguns fatos, pelo que informou, que foi o PSD (Partido Social Democrata), que fechou o Laboratório de Saúde Animal em Mirandela, e que agora, como temos um Secretário de Estado da Administração Local, espera que faça força neste governo, para que volte a reabrir esse Laboratório e colmatar essa lacuna. -----

----- **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ARTº 25º E 39º DO REGIMENTO):** -----

----- **a) Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- Para conhecimento, uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de dezanove de abril de dois mil e vinte e quatro previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- Usando da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, relativamente à informação, realçou alguns aspetos de cada uma das divisões. Relativamente à Divisão de Urbanismo e Território (DUT), deu nota que foi aplicada a deliberação feita na última Assembleia Municipal, relativamente ao regime Simplex Urbanístico, que como se sabe, veio trazer alterações que entraram em vigor em janeiro e outras mais tarde, em quatro de março deste ano, e que vêm simplificar alguns procedimentos. -----

----- Quanto à Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude (DECAJ), deu conhecimento de várias atividades junto dos jovens e dos mais idosos, bem como atividades nas freguesias, com o apoio do município, e que visam o desenvolvimento socioeconómico dessas freguesias, realçou a feira do foliar na freguesia de Saldonha e o Encontro de

S.



R.

Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

próximas assembleias, lhes façam chegar a documentação um pouco mais cedo. Relativamente a este ponto e na Divisão de Urbanismo e Território, disse, que é feito um alerta para a situação insustentável a nível de pessoal, ou seja, são necessários mais técnicos, porque, uma vez que entrou em vigor o Simplex Urbanístico, aumentaram mais os licenciamentos, e sendo este setor crucial para o desenvolvimento económico do concelho, é necessário dar resposta aos vários pedidos de licenciamento, sob pena que o investimento se atrase, ou haja desistências. Disse ainda, no que diz respeito à Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, que já houve quatro incumprimentos de origem microbiológica na água para consumo humano na aldeia de Vila Nova, pergunta se é seguro consumir água. Também disse, que no mesmo documento, a trinta e um de março, a receita não foi suficiente para cobrir as despesas mais as amortizações, e que este valor ronda os €2.000.000,00 (dois milhões de euros), ou seja, uma diferença negativa. Pergunta, a que se deve. Ainda no mesmo documento, mas já noutro ponto, onde é referido que as despesas mais as amortizações são bastante superiores às receitas obtidas, diz que lhe parece um arranque com uma grande discrepância. Solicita que lhe seja elucidada essa situação. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e perguntou se havia mais inscritos, não havendo passou a palavra à Câmara para dar explicações querendo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu as questões do Senhor Deputado Daniel Martins. Relativamente aos documentos enviados, disse que na verdade foram enviados muito em cima do prazo legal, porque a Reunião de Câmara descentralizada só foi feita no dia vinte e três de abril e os serviços acharam que havia tempo útil. Quanto aos recursos humanos, disse que não é só na Divisão de Urbanismo e Território que há lacunas, que há dificuldades. Como já anteriormente tinha dito, estão a sentir dificuldades em várias divisões, e lembrou que nos últimos três anos, o número de funcionários desceu de duzentos e vinte e um para cento e oitenta e nove, e que esta tendência vai continuar a existir, devido às reformas, às aposentações e também de algumas mobilidades, lembrou que houve o falecimento de quatro trabalhadores, pelo que conta, que até à próxima Assembleia de junho, trazer uma proposta de abertura de novos concursos externos, para podere suprimir algumas lacunas e ir priorizando alguns setores mais afetados. Informou ainda, que nos próximos três anos vai haver cerca de vinte e cinco aposentações nos serviços, o que leva a uma situação de insustentabilidade. -----

----- Relativamente à DASU e aos incumprimentos referidos pelo deputado Daniel Martins, disse que há incumprimentos todos os anos, que não são graves. Que no caso concreto que referiu, Vila Nova e Covelas, a água sempre foi de qualidade, há pequenos focos, que depois são corrigidos. -----

----- Quanto à questão da execução orçamental, disse que há uma variação de €2.151.000,00 (dois milhões cento e cinquenta e um mil euros), que tem a ver com a renegociação da dívida e com a importância que tem para as receitas e despesas correntes, pelo que, este ano não vão cumprir com a boa norma que deve ser cumprida, do equilíbrio orçamental e por isso aparece este desfasamento de €2.000.000,00 (dois milhões de euros), mas não é nada de preocupante, pelo contrario, referiu que com estas medidas aplicadas, vão reduzir despesas e ter maior capacidade de pagar as dívidas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e mencionou que este ponto era só para informação e passou ao ponto seguinte. -----

----- **3.b) Estatuto De Direito De Oposição – Relatório De 2023 – Para CONHECIMENTO;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia de imediato passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar este ponto. -----

----- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara informou que este ponto é só para conhecimento e prestou alguns esclarecimentos. Disse que tem havido uma boa colaboração por parte da oposição neste trabalho e que é obrigatório trazer este relatório e fazer com que seja conhecido ano após ano. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e colocou este ponto para discussão, não havendo interessados em intervir por parte dos senhores deputados, passou a ler o ponto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

seguinte. -----

----- **3.c) Autorização de Operação de Financiamento por Contrato de Locação Financeira (Leasing) - Aquisição de 2 Viaturas de Transporte de Passageiros, 2 Ligeiras de Passageiros e 2 Viaturas Ligeiras de Mercadorias de Caixa Aberta – para APROVAÇÃO;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar este ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra. Disse que que é uma autorização de uma operação de financiamento por contrato de locação financeira para aquisição de seis viaturas, ou seja, dois autocarros, duas carrinhas de nove lugares e duas viaturas de todo-o-terreno. Informou que este contrato de locação ultrapassa os €100.000.00 (cem mil euros) e é também uma despesa plurianual, pelo que tem que vir à Assembleia Municipal para aprovação e posteriormente enviado ao Tribunal de Contas para visto prévio. Disse que é uma aquisição muito importante, porque é necessário renovar a frota automóvel do município, e os autocarros existentes já têm mais de dezasseis anos e não podem transportar os alunos, apesar de poderem fazer outro tipo de transportes. Disse ainda que com esta aquisição vão poder dar uma resposta melhor aos alunos e também às populações. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e colocou o ponto para discussão, não havendo interesse para intervir por parte dos senhores deputados, foi o ponto colocado para votação, o qual foi aprovado por **UNANIMIDADE**, aprovar a Autorização de Operação de Financiamento por Contrato de Locação Financeira (Leasing) - Aquisição de 2 Viaturas de Transporte de Passageiros, 2 Ligeiras de Passageiros e 2 Viaturas Ligeiras de Mercadorias de Caixa Aberta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia passou a ler o ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara -----

----- **3-d) Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (Ano Económico de 2023 e Aprovação do Saldo da Gerência de 2023 - para APROVAÇÃO;** -----

----- No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara pediu autorização para que este ponto fosse discutido e votado depois no ponto 3-i). O Senhor Presidente da Assembleia aceitou, e não havendo objeções por parte da Assembleia, passou a ler o ponto seguinte. -----

----- **3-e) Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé, nos termos do artigo 29.º, da Lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o anexo I do contrato PAM - Prestação de Contas de 2023 - para CONHECIMENTO;** -----

----- De imediato passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que por sua vez fez prestou alguns esclarecimentos sobre este ponto. Disse que este relatório traduz aquilo que foram as dificuldades, o aumento da dívida a curto prazo, o não cumprimento da redução da dívida do ano passado, mas também revela que houve um aumento da receita em €4.200.000.00 (quatro milhões e duzentos mil euros), face ao que estava previsto no Programa de Ajustamento Municipal, e que isto é sinonimo do forte investimento que foi feito no ano passado. -----

----- Ainda relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém se queria inscrever, não havendo inscrições, a Assembleia Municipal tomou **CONHECIMENTO** da Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé, nos termos do artigo 29.º, da Lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o anexo I do contrato PAM - Prestação de Contas de 2023. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia leu o ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara -----

----- **3-f) Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Plano de Ajustamento Municipal referente à Monitorização da sua Execução a 31.12.2023- para CONHECIMENTO;** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e prestou um breve esclarecimento sobre este ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, perguntou se alguém se queria inscrever para este ponto, não havendo

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

inscrições, a Assembleia Municipal tomou **CONHECIMENTO** do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Plano de Ajustamento Municipal referente à Monitorização da sua Execução a 31.12.2023. -----

----- Continuando os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia passou a ler o ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar -----

----- **3-g) Apreciação do Inventário e Património referente ao ano de 2023, de acordo com o n.º 2, alínea I), do artº 25º conjugado com o n.º 2 do artº 27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) – para APROVAÇÃO; --**

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e prestou um breve esclarecimento. Realçou aspetos positivos. Disse que houve um aumento do ativo em quase €5.000.000.00 (cinco milhões de euros) e um aumento do património líquido do Município em quase €4.000.000.00 (quatro milhões de euros) e informou ainda, que em adições no ativo há a registar também quase €7.000.000.00 (sete milhões de euros), o que revela uma boa dinâmica e um bom trabalho do setor de contabilidade e património. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a intervenção e dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo-lhe que se quiser dar justificações em conjunto nada o impede, mas que depois a votação tem que ser em separado. Relativamente a este ponto, foi colocado a votação, sendo aprovado por **UNANIMIDADE**, aprovar a Apreciação do Inventário e Património referente ao ano de 2023, de acordo com o n.º 2, alínea I), do artº 25º conjugado com o n.º 2 do artº 27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- De imediato o Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

----- **3-h) Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2023, de acordo com o n.º 2, alínea I), do artº 25º conjugado com o n.º 2 do artº 27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) –para APROVAÇÃO; -----**

----- O Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra e prestou alguns esclarecimentos. Realçou o fato de terem tido uma execução financeira de €14.400.000.00 (catorze milhões e quatrocentos mil euros), que se traduziu numa taxa de execução de cerca de 81% do lado da receita. Destacou, que quase foram atingidos os 90% de execução na receita de capital, que mais uma vez traduz o forte investimento feito no ano passado, em claro contraponto daquilo que foi feito em anos anteriores, em que o investimento ficou muito abaixo dos quase €5.000.000.00 (cinco milhões de euros) que foram investidos em 2023, por tudo aquilo que foram as dificuldades da pandemia, dos concursos desertos e de obras a derrapar. Disse ainda, que o não cumprimento da meta de 85% de execução total, foi muito afetado por não se ter conseguido recuperar taxas e coimas inscritas no orçamento, refere-se às taxas que foram lançadas ao Parque Eólico da Serra de Bornes, que já não são pagas desde 2019. Informou que estas taxas foram submetidas através de protocolo com a Autoridade Tributária para execução fiscal, mas que apresentam garantia bancária junto da Autoridade Tributária para não pagarem, pelo que a não arrecadação desta receita, traduz-se numa baixa naquilo que é a execução nas receitas correntes e cria mais dificuldades. O Senhor Presidente da Câmara, também informou, que o fato de não ter podido aplicar o empréstimo da Linha BEI, a que se candidataram em 2022, que foi aprovado em Assembleia Municipal e inscrito no orçamento municipal de 2023, para pagar o autofinanciamento das empreitadas e permitir que se pudessem acelerar outras obras, também veio causar alguns problemas na taxa de execução de algumas obras que tiveram que ser adiadas para este ano, e outras até, para o próximo, refere-se por exemplo, à Praia Fluvial do Santo Antão e a outros trabalhos que não se puderam executar durante o ano passado, o que levou também a não se conseguir a meta dos 85%. -----

----- Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara, disse que há aspetos menos bons, que utilizaram os fornecedores e prestadores de serviço para fazer uma parte significativa do investimento, o que se traduziu num aumento da dívida a curto prazo. Contudo, disse ainda haver um aumento da receita total cobrada, apesar de algumas dificuldades, que depois, face aquilo que estava previsto, tiveram outras receitas, o que ajudou também a ter um saldo de gerência positivo, bastante superior ao dos últimos anos, no valor de €800.000.00 (oitocentos mil euros), que reflete também uma boa cobrança da receita. Informou que conseguiram aumentar a solubilidade do município por via do aumento da receita nos últimos três meses e também pelo aumento do património líquido e do ativo. Agradeceu o apoio



D. Daniel
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

e colaboração de todos os funcionários, bem como, de uma forma muito especial, a ajuda e apoio de todos os Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia, por trabalhos feitos muito importantes, por terem avançado com algumas candidaturas, porque não fosse esse trabalho em conjunto, não conseguiriam fazer um tão bom trabalho e ter uma relação de proximidade tão grande com as populações. Disse ainda, que o Município de Alfândega da Fé, foi o quinto concelho a nível do Norte, da NUT 2, com maior investimento *per capita*, pelo que devemos estar orgulhos desse numero. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, agradeceu a intervenção do senhor Presidente da Câmara e abriu inscrições para discussão deste ponto, inscrevendo-se o deputado Daniel Martins, a quem foi dado o uso da palavra. -----

----- No uso da palavra, o Senhor deputado Daniel Martins, disse que o Senhor Presidente da Câmara enumerou que o saldo de gerência de 2023 foi de €800.000,00 (oitocentos mil euros), mas, também se aumentou a dívida a medio e a longo prazo, exatamente no mesmo valor, ou seja aquilo que por norma deveria ter sido feito, era uma redução da dívida de 10%, não obrigatória, mas indicativa, no entanto, houve um acréscimo de cerca de 7%. A pergunta que faz, é se este ano com um juro de 0,95%, bem mais baixo do que era antes, o executivo se compromete a reduzir significativamente esta dívida que contraiu no ano de 2023, ou não? -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, agradeceu e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, e começando pela ultima questão, disse, que como já tinha dito na informação, já o estão a fazer e a cumprir e já pagaram cerca de €2.000.000,00 (dois milhões de euros) da dívida a curto prazo. Disse também, que não aumentaram a dívida a médio e longo prazo em €800.000,00 (oitocentos mil euros), aumentaram sim, a dívida global em 800.000,00 (oitocentos mil euros), onde está incluída a dívida a curto prazo, porque foi a dívida a curto prazo, que efetivamente, fez aumentar a dívida geral. Mais informou, que a dívida a médio e longo prazo, foi reduzida em cerca de €900.000,00 (novecentos mil euros), que foi a amortização feita nos empréstimos. Para finalizar, o Senhor Presidente da Câmara, disse que a convicção do executivo, é que vão cumprir as novas metas e reduzir o endividamento municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, e antes de ler o ponto seguinte questionou o Senhor Presidente se pretendia dar a explicação do ponto 3-d), ao que o Senhor Presidente respondeu que dava a explicação do ponto 3-i) e logo a seguir a explicação do ponto 3-d). -----

----- **3-i) Documentos de Prestação de Contas referente ao ano de 2023, de acordo com o n.º 2, alínea I), do artº 25º conjugado com o n.º 2 do artº 27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). - para APROVAÇÃO;** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos acerca deste ponto. Quanto ao ponto 3-d), disse que há aspetos positivos que tem a ver com o saldo positivo apresentado, no valor de €657.000,00 (seiscentos e cinquenta e sete mil euros), e que tem a ver com o saldo de gerência que transita para o ano de 2024. Disse ainda que há um resultado liquido negativo no valor de €229.000,00 (duzentos e nove mil euros), ligeiramente superior ao do ano passado, mas que se deve um pouco ao aumento de juros tido em 2023, não fosse isso, teríamos um resultado liquido positivo, porque houve um aumento de mais de €300.000,00 (trezentos mil euros), só no pagamento de juros à banca em 2023. -

----- O Senhor Presidente da Assembleia mais uma vez agradeceu a intervenção e colocou então a votação o ponto 3-d), que foi aprovado, com três abstenções dos deputados da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé, aprovar, o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (Ano Económico de 2023 e Aprovação do Saldo da Gerência de 2023. De igual forma, colocou o ponto 3-h) a votação, sendo também aprovado, com três abstenções dos deputados da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé, aprovar o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2023, de acordo com o n.º 2, alínea I), do artº 25º conjugado com o n.º 2 do artº 27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), seguidamente colocou o ponto 3-i) para votação, que também foi aprovado, com três abstenções dos deputados da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé, aprovar os Documentos de Prestação de Contas referente ao ano de 2023, de acordo com o n.º 2, alínea I), do artº 25º conjugado com o n.º 2 do artº

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a ler o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- **3-j) Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2023. – para APROVAÇÃO;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que depois de um breve esclarecimento por parte deste, abriu inscrições para discussão do ponto, não havendo inscrições, foi colocado a votação, o qual foi aprovado por **UNANIMIDADE**, aprovar a Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2023. ---

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia leu o ponto seguinte e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **3-k) Certificação Legal das Contas 2023 - para CONHECIMENTO;** -----

----- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, aproveitou e prestou um breve esclarecimento dos pontos 3-k), 3-l) e 3-m), todos para conhecimento. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usando da palavra novamente, disse que são pontos para conhecimento, no entanto, abriu estes pontos para discussão, não havendo intervenções dos senhores deputados, a Assembleia tomou **CONHECIMENTO** da Certificação Legal de Contas 2023, das alíneas, 3-l) *Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas 2023* e 3-m) *Relatório Anual de Conclusões e Recomendações de Auditoria a 31 de dezembro de 2023*. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente leu o ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **3-n) 1ª. Revisão ao Orçamento e GOP's 2024/2027 – para APROVAÇÃO;** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos. Disse que esta revisão tem a ver com o lançamento da empreitada para a construção da Zona de Fruição da Praia Fluvial do Santo Antão da Barca, que é um projeto que vai ser financiado, mas não na totalidade, que tudo depende, da forma como decorre o concurso pela MOVHERA. Informou que este protocolo já está assinado desde 2019 e que esta semana foi aprovado um aditamento que reforça o valor da construção deste empreendimento, que é uma contrapartida, ainda pela construção da Barragem do Baixo Sabor. Informou ainda, que para lançar esta obra, tem que se reforçar esta rubrica, porque é um investimento plurianual. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, agradeceu e questionou se alguém queria intervir, não havendo inscrições colocou o ponto para votação, sendo aprovado por **UNANIMIDADE**, aprovar a 1ª. Revisão ao Orçamento e GOP's 2024/2027. -----

----- Imediatamente o Senhor Presidente da Assembleia passou a ler o último ponto da Ordem de trabalhos, e sendo este período de intervenção do público, e não havendo manifestações de interesse, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **4. Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, e agradeceu a participação de todos. Disse que estava a ser um dia muito bonito, com muita participação popular, desde o Hastear da Bandeira, à sessão solene com o Bombeiros Voluntários, bem como à participação na Sessão da Assembleia Municipal. Também disse, que foram sete dias muito bonitos de comemorações, para assinalar os 50 Anos de 25 de Abril, e não quis deixar passar a oportunidade, sem agradecer o envolvimento de todos e todas, das associações, dos jovens alunos da escola, das forças de segurança, dos Bombeiros, dos Presidentes das Juntas e União de Freguesias, bem como dos artistas locais que abrilhantaram as comemorações. Desejou um excelente 25 de Abril e um excelente dia de atividades que se vai prolongar pela tarde com os Jogos Tradicionais, onde se vão apurar os atletas que depois irão participar no campeonato regional. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara terminou a sua intervenção com um **VIVA A DEMOCRACIA, VIVA A LIBERDADE**. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Assembleia, usou da palavra, e não havendo mais nenhuma intervenção, pediu à Senhora Primeira Secretária para ler a minuta da ata, para depois ser posta a votação. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito de imediato. -----

----- A minuta da ata foi aprovada por **UNANIMIDADE**, dos vinte e sete deputados presentes. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas doze horas e oito minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,


(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária

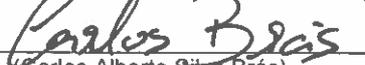

(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária


(Domitila de Fátima Morais Branco)

Ata aprovada, por municipalidade, na sessão da Assembleia Municipal de 21/12/2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,


(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária


(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária


(Domitila de Fátima Morais Branco)